



# PMEPC

Município de Vale de Cambra

Janeiro de 2015

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vale de Cambra

Promovido Por:

Financiado por:

Elaborado por:



## Ficha Técnica

### Realização



Município, E.M., S.A.®

Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II,  
Nº 11, 3º B, Taguspark  
2740 – 120 Porto Salvo – Portugal



Vale de Cambra  
Câmara Municipal

Apostar nas pessoas, ganhando o futuro.

Câmara Municipal de Vale de Cambra  
Av. Camilo Tavares de Matos, nº19  
3730 – 901 Vale de Cambra

Promovido Por:



ASSOCIAÇÃO  
DE MUNICÍPIOS  
DE TERRAS  
DE SANTA MARIA

Financiado por:



O NOVO NORTE  
PROGRAMA OPERACIONAL  
REGIONAL DO NORTE



QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICA  
NACIONAL



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu de  
Desenvolvimento Regional

## Associação de Municípios das Terras de Santa Maria

Direção do Projeto

Santos Costa

Equipa Técnica

Susana Silva

## Câmara Municipal

Presidente

José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva

Equipa Técnica

Vera Silva

## Município, E.M., S.A.

Coordenação e Direção do Projeto

Nelson Mileu

Gestão do Projeto

Frederico Antunes

Equipa Técnica

Miguel Bana e Costa

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vale de Cambra

---

	Hélder Murcha
	Ana Ribeiro
	Teresa Zuna
Coordenação da Equipa de Avaliação de Riscos	Alberto Gomes
Caracterização do território e Avaliação de riscos	Laura Soares
	Carlos Delgado
	Hugo Teixeira
	Inês Marafuz

## Índice

<b>FICHA TÉCNICA</b> .....	<b>2</b>
<b>ÍNDICE</b> .....	<b>4</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>7</b>
<b>PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO</b> .....	<b>11</b>
1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	12
3. OBJECTIVOS GERAIS.....	14
4. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	14
5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO.....	15
6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	15
7. ATIVAÇÃO DO PLANO.....	17
7.1. <i>Competências para a ativação do Plano</i> .....	17
7.2. <i>Critérios para ativação / desativação do Plano</i> .....	18
8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS.....	21
<b>PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA</b> .....	<b>22</b>
1. CONCEITO DE ATUAÇÃO.....	23
2. EXECUÇÃO DO PLANO.....	25
2.1. <i>Fase de emergência</i> .....	26
2.2. <i>Fase de reabilitação</i> .....	31
3. ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES.....	35
3.1. <i>Missão dos agentes de Proteção Civil</i> .....	35
3.1.1. Fase de emergência.....	36
3.1.2. Fase de reabilitação.....	39
3.2. <i>Missão dos organismos e entidades de apoio</i> .....	41
3.2.1. Fase de emergência.....	41
3.2.2. Fase de reabilitação.....	47
3.3. <i>Missões das Estruturas Autárquicas</i> .....	51
3.3.1. Fase de emergência.....	51
3.3.2. Fase de reabilitação.....	53
<b>PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO</b> .....	<b>55</b>
1. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS.....	56
2. LOGÍSTICA.....	58
2.1. <i>Apoio Logístico às forças de Intervenção</i> .....	59
2.2. <i>Apoio Logístico às populações</i> .....	63
3. COMUNICAÇÕES.....	69
3.1. <i>Rede Operacional de Bombeiros ROB</i> .....	70
3.2. <i>Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC)</i> .....	72
3.3. <i>SIRESP</i> .....	72
3.4. <i>Organização das comunicações</i> .....	72
4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	75
4.1. <i>Gestão da Informação de Apoio às Operações</i> .....	75
4.2. <i>Gestão da Informação Pública</i> .....	79
5. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO.....	80
6. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.....	83
7. SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS.....	86
8. SOCORRO E SALVAMENTO.....	87
9. SERVIÇOS MORTUÁRIOS.....	91
10. PROTOCOLOS.....	95
<b>PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR</b> .....	<b>96</b>
<b>SECÇÃO I</b> .....	<b>97</b>

1.	ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL .....	97
1.1.	<i>Estrutura de Proteção Civil</i> .....	98
1.1.1.	Direção Política .....	99
1.1.2.	Coordenação Política .....	99
1.1.3.	Órgãos de Execução .....	100
1.2.	<i>Estrutura das Operações</i> .....	102
1.2.1.	Sistema de Gestão de Operações .....	102
1.2.2.	Funções na estrutura da organização .....	103
1.1.1.1.	Teatro de operações .....	105
1.2.3.	Coordenação Institucional .....	106
2.	MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTEÇÃO CIVIL .....	106
2.1.	<i>Composição, convocação e competências da comissão de Proteção Civil</i> .....	106
2.2.	<i>Critérios e âmbito para a declaração das situações de alerta</i> .....	107
2.2.1.	Situação de Alerta .....	107
2.3.	<i>Sistema de monitorização, de alerta e aviso</i> .....	108
2.3.1.	Monitorização .....	108
2.3.2.	Alerta .....	109
2.3.3.	Aviso .....	110
<b>SECÇÃO II .....</b>		<b>111</b>
1.	CARACTERIZAÇÃO GERAL .....	111
2.	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA .....	112
2.1.	<i>Condições Climáticas</i> .....	112
2.2.	<i>Orografia</i> .....	115
2.3.	<i>Declives</i> .....	117
2.4.	<i>Exposição de Vertentes</i> .....	118
2.5.	<i>Hidrografia</i> .....	119
2.6.	<i>Ocupação do solo</i> .....	120
2.7.	<i>Geologia</i> .....	122
3.	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA .....	126
3.1.	<i>Dinâmica demográfica e distribuição da população</i> .....	126
3.2.	<i>Dinâmica económica</i> .....	135
3.3.	<i>Caracterização do parque habitacional</i> .....	137
4.	CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS .....	140
4.1.	<i>Património</i> .....	140
4.2.	<i>Unidades de Alojamento</i> .....	142
4.3.	<i>Infraestruturas Urbanas</i> .....	143
4.3.1.	Rede de Abastecimento de Água .....	143
4.3.2.	Rede de Saneamento e Águas Residuais .....	146
4.3.3.	Resíduos sólidos urbanos .....	147
4.4.	<i>Equipamentos de utilização colectiva</i> .....	147
4.4.1.	Equipamentos Administrativos .....	147
4.4.2.	Equipamentos de Saúde e Sociais .....	149
4.4.3.	Equipamentos Educativos .....	150
4.4.4.	Equipamentos Culturais .....	152
4.4.5.	Equipamentos Desportivos .....	153
4.4.6.	Equipamentos Religiosos .....	155
4.5.	<i>Agentes de Proteção Civil</i> .....	157
4.6.	<i>Infraestruturas de comunicação</i> .....	158
4.7.	<i>Postos de distribuição de combustível</i> .....	160
4.8.	<i>Rede eléctrica</i> .....	161
4.9.	<i>Rede de gás</i> .....	162
4.10.	<i>Rede de telecomunicações</i> .....	163
4.11.	<i>Áreas Industriais e Armazenamento</i> .....	164
5.	CARACTERIZAÇÃO DO RISCO .....	166
5.1.	<i>Análise de Risco</i> .....	168
5.1.1.	Ondas de Calor .....	168
5.1.2.	Vagas de frio .....	175

5.1.3.	Tempestades .....	181
5.1.4.	Secas .....	182
5.1.5.	Cheias e Inundações.....	186
5.1.6.	Sismos .....	189
5.1.7.	Movimento de massa em vertentes.....	193
5.1.8.	Acidentes Rodoviários.....	196
5.1.9.	Acidentes no transporte de substâncias perigosas .....	199
5.1.10.	Colapso de estruturas.....	203
5.1.10.1.	Edifícios.....	203
5.1.10.2.	Pontes e Viadutos.....	207
5.1.11.	Cheias e Inundações por Ruptura de Barragens.....	208
5.1.12.	Acidentes em estabelecimentos industriais perigosos .....	210
5.1.13.	Incêndios urbanos e industriais.....	214
5.1.14.	Incêndios florestais.....	217
5.1.15.	Contaminação de aquíferos .....	224
5.1.16.	Degradação dos solos.....	227
5.2.	<i>Análise da Vulnerabilidade.....</i>	<b>233</b>
5.2.1.	Ondas de calor.....	235
5.2.2.	Vagas de frio.....	236
5.2.3.	Tempestades .....	238
5.2.4.	Secas .....	238
5.2.5.	Cheias e inundações.....	238
5.2.6.	Sismos .....	241
5.2.7.	Movimento de massa em vertentes.....	241
5.2.8.	Acidentes Rodoviários.....	245
5.2.9.	Acidentes no transporte de substâncias perigosas .....	245
5.2.10.	Colapso de estruturas.....	249
5.2.11.	Cheias e Inundações por Ruptura de Barragens.....	249
5.2.12.	Acidentes em estabelecimentos industriais perigosos .....	251
5.2.13.	Incêndios urbanos e industriais.....	257
5.2.14.	Incêndios Florestais .....	259
5.2.15.	Contaminação de aquíferos .....	262
5.2.16.	Degradação dos solos.....	262
5.3.	<i>Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco .....</i>	<b>264</b>
6.	CENÁRIOS.....	267
6.1.	<i>Cenário de Incêndios Urbanos e Industriais .....</i>	<b>267</b>
6.2.	<i>Cenário de Acidentes no Transporte de Substâncias Perigosas.....</i>	<b>270</b>
6.3.	<i>Cenário Hipotético de Incêndio florestal .....</i>	<b>273</b>
7.	CARTOGRAFIA .....	276
<b>SECÇÃO III .....</b>		<b>278</b>
1.	INVENTÁRIO DE RECURSOS E MEIOS .....	278
2.	LISTA DE CONTACTOS .....	304
3.	MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES .....	374
4.	MODELOS DE COMUNICAÇÕES.....	378
5.	LISTA DE ATUALIZAÇÕES DO PLANO .....	385
6.	LISTA DE EXERCÍCIOS DO PLANO .....	386
7.	LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO .....	387
8.	LEGISLAÇÃO .....	388
9.	BIBLIOGRAFIA .....	390
10.	GLOSSÁRIO .....	399
11.	ANEXOS .....	403

## Índice de Figuras

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA OPERACIONAL .....	25
FIGURA 2 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO SOCIAL ÀS POPULAÇÕES .....	65
FIGURA 3 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO PSICOLÓGICO ÀS POPULAÇÕES .....	65
FIGURA 4 – PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA .....	67
FIGURA 5 – PROCEDIMENTO DE APOIO LOGÍSTICO .....	68
FIGURA 6 – PROCEDIMENTO DE APOIO LOGÍSTICO NA FASE DE REABILITAÇÃO.....	69
FIGURA 7 – ROB NO TEATRO DE OPERAÇÕES .....	71
FIGURA 8 – ORGANOGRAMA DAS COMUNICAÇÕES .....	74
FIGURA 9 – ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS COMUNICAÇÕES DO MUNICÍPIO.....	74
FIGURA 10 – PROCEDIMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO – FASE DE ALERTA.....	77
FIGURA 11 – PROCEDIMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO – FASE DE EMERGÊNCIA .....	78
FIGURA 12 – PROCEDIMENTO DE EVACUAÇÃO .....	82
FIGURA 13 – PROCEDIMENTO DA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.....	85
FIGURA 14 – PROCEDIMENTO DE SOCORRO E SALVAMENTO NA FASE DE ALERTA .....	89
FIGURA 15 – PROCEDIMENTO DE SOCORRO E SALVAMENTO NA FASE DE EMERGÊNCIA.....	90
FIGURA 16 – PROCEDIMENTO DE SOCORRO E SALVAMENTO NA FASE DE REABILITAÇÃO .....	91
FIGURA 17 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MORTUÁRIOS) .....	95
FIGURA 18 – ESTRUTURA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL.....	99
FIGURA 19 – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE AVISO .....	110
FIGURA 20 – GRÁFICO TERMO-PLUVIOMÉTRICO DE VALE DE CAMBRA (ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DA BARRAGEM DE CASTELO BURGÃES).....	113
FIGURA 21 – ROSA ANEMOSCÓPICA DE VALE DE CAMBRA (2006-2011) .....	114
FIGURA 22 – PERCENTAGEM DAS CLASSES DE OCUPAÇÃO DO SOLO NO GRUPO DAS FLORESTAS E DAS FLORESTAS ABERTAS E VEGETAÇÃO ARBUSTIVA E HERBÁCEA .....	121
FIGURA 23 – EXTRACTO DA CARTA DA NEOTECTÓNICA DE PORTUGAL (FONTE: CABRAL E RIBEIRO, 1988) .....	124
FIGURA 24 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1960 E 2011.....	127
FIGURA 25 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIA ENTRE 1981 E 2011 .....	128
FIGURA 26 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DAS FREGUESIAS DE VALE DE CAMBRA EM 2011.....	133
FIGURA 27 – PIRÂMIDE ETÁRIA DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA DO ANO DE 2011 .....	133
FIGURA 28 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA EM VALE DE CAMBRA (2011) .....	135
FIGURA 29 – SEQUÊNCIA CONCEPTUAL E METODOLÓGICO DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS. (FONTE: JULIÃO ET AL, 2009) .....	166
FIGURA 30 – TEMPERATURAS MÁXIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE S. PEDRO DO SUL, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1977 E 1992 (FONTE: APA).....	173
FIGURA 31 – TEMPERATURAS MÁXIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE BURGÃES, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1990 E 1998 (FONTE: APA) .....	173
FIGURA 32 – VALORES DO WIND CHILL E GRAUS DE SEVERIDADE ASSOCIADOS.....	175
FIGURA 33 – TEMPERATURAS MÍNIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE S. PEDRO DO SUL, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1977 E 1992 (FONTE: APA).....	179
FIGURA 34 – TEMPERATURAS MÍNIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE BURGÃES, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1990 E 1998 (FONTE: APA) .....	179
FIGURA 35 – VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL DA ESTAÇÃO DE BURGÃES, SALIENTANDO-SE OS ANOS EM QUE OS QUANTITATIVOS SÃO INFERIORES À MÉDIA GLOBAL DA SÉRIE ANALISADA (FONTE: APA) .....	183
FIGURA 36 – VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL DA ESTAÇÃO DE AROUCA, SALIENTANDO-SE OS ANOS EM QUE OS QUANTITATIVOS SÃO INFERIORES À MÉDIA GLOBAL DA SÉRIE ANALISADA (FONTE: APA) .....	183
FIGURA 37 – EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES RODOVIÁRIOS COM VÍTIMAS E DO NÚMERO DE VÍTIMAS MORTAIS NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA ENTRE 2004 E 2010.....	196
FIGURA 38 – ACIDENTES COM MORTOS OU FERIDOS GRAVES POR MÊS DE OCORRÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA, ENTRE 2004 E 2010. ....	197
FIGURA 39 – NÚMERO DE PASSAGENS DE VEÍCULOS TRANSPORTADORES DE MATÉRIAS PERIGOSAS, POR TIPO DE PERIGO. ...	201
FIGURA 40 – EDIFÍCIOS EM RUÍNAS (1. VILA CHÃ, 2 – MACIEIRA DE CAMBRA, 3 – PORTELA). ....	205
FIGURA 41 – TOTAL DE OCORRÊNCIAS E ÁREA ARDIDA ENTRE 1980 E 2010 NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA.....	217
FIGURA 42 – NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E CORRESPONDENTE ÁREA ARDIDA POR TIPO DE OCUPAÇÃO EM VALE DE CAMBRA.....	218
FIGURA 43 – NÚMERO DE INCÊNDIOS E ÁREA ARDIDA POR FREGUESIA ENTRE 2001 E 2012 .....	218
FIGURA 44 – MAPA DE PRIORIDADES DE DEFESA DE VALE DE CAMBRA .....	223

## Índice de Tabelas

TABELA 1 – ÂMBITO E TIPOLOGIA DO PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COM INCIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA .....	16
TABELA 2 – MEIOS DE PUBLICITAÇÃO DA ATIVAÇÃO DO PLANO.....	17
TABELA 3 – MATRIZ DE RISCO – CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO .....	19
TABELA 4 – CALENDARIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS .....	21
TABELA 5 – ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA .....	25
TABELA 6 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE EMERGÊNCIA.....	27
TABELA 7 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL .....	28
TABELA 8 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO.....	29
TABELA 9 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO.....	30
TABELA 10 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE REABILITAÇÃO .....	31
TABELA 11 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL.....	32
TABELA 12 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO.....	33
TABELA 13 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO .....	34
TABELA 14 – AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL .....	35
TABELA 15 – ORGANISMOS E ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO .....	35
TABELA 16 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE EMERGÊNCIA.....	39
TABELA 17 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE REABILITAÇÃO .....	41
TABELA 18 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE EMERGÊNCIA .....	46
TABELA 19 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE REABILITAÇÃO.....	51
TABELA 20 – MISSÕES DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS NA FASE DE EMERGÊNCIA .....	52
TABELA 21 – MISSÕES DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS NA FASE DE REABILITAÇÃO .....	54
TABELA 22 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO, MISSÃO E PROCEDIMENTO NA ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS .....	57
TABELA 23 – RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS .....	57
TABELA 24 – TIPOLOGIA DE MATERIAL LOGÍSTICO.....	58
TABELA 25 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO, PRIORIDADES DE AÇÃO E MISSÃO DA LOGÍSTICA DAS OPERAÇÕES.....	59
TABELA 26 – PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA ÀS OPERAÇÕES .....	62
TABELA 27 – NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS POPULAÇÕES .....	64
TABELA 28 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO E MISSÃO DAS COMUNICAÇÕES .....	70
TABELA 29 – REDE OPERACIONAL DE BOMBEIROS.....	71
TABELA 30 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO .....	76
TABELA 31 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO, PRIORIDADES DE AÇÃO E PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA .....	80
TABELA 32 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO, PRIORIDADES DE AÇÃO E MISSÃO NOS PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO .....	81
TABELA 33 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.....	84
TABELA 34 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS .....	87
TABELA 35 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NO SOCORRO E SALVAMENTO .....	88
TABELA 36 – MARCHA GERAL DAS OPERAÇÕES .....	89
TABELA 37 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MORTUÁRIOS .....	92
TABELA 38 – APOIO LOGÍSTICO – REUNIÃO DE VÍTIMAS MORTAIS .....	94
TABELA 39 – OBJECTIVOS E DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL .....	97
TABELA 40 – PRINCÍPIOS ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS ACTIVIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	98
TABELA 41 – DIREÇÃO POLÍTICA .....	99
TABELA 42 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL .....	100
TABELA 43 – COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL .....	101
TABELA 44 – OBJETIVOS, RESPONSABILIDADES E FUNÇÕES DO COS .....	104
TABELA 45 – TAREFAS DOS ADJUNTOS DO COS.....	105
TABELA 46 – COMPETÊNCIAS DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA CMPC .....	106
TABELA 47 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL .....	107
TABELA 48 – COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA.....	108
TABELA 49 – NÍVEIS DE ALERTA E RESPECTIVO GRAU DE PRONTIDÃO E MOBILIZAÇÃO.....	109
TABELA 50 – ÁREA TERRITORIAL DAS FREGUESIAS (KM <sup>2</sup> E %) .....	112



TABELA 51 – Nº MÉDIO DE DIAS DE NEVE, GRANIZO/SARAIVA, NEVOEIRO E GEADA (1955-1970). FONTE: NORMAIS CLIMATOLÓGICAS .....	114
TABELA 52 – CLASSES ALTIMÉTRICAS DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA (KM <sup>2</sup> E %) .....	116
TABELA 53 – DECLIVES DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA (KM <sup>2</sup> E %) .....	117
TABELA 54 – ORIENTAÇÃO DE ENCOSTAS DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA (KM <sup>2</sup> E %) .....	118
TABELA 55 – LISTA DOS PRINCIPAIS CURSOS DE ÁGUA EM VALE DE CAMBRA.....	119
TABELA 56 – TIPOS E ÁREA OCUPADA DE USOS DO SOLO NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA .....	121
TABELA 57 – EVOLUÇÃO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTES DE 1960 A 2011 .....	126
TABELA 58 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (1960 – 2011 E 2001 – 2011) .....	127
TABELA 59 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2011 POR FREGUESIA NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INDIVÍDUOS RESIDENTES EM CADA UMA DAS FREGUESIAS .....	130
TABELA 60 – NÚMERO DE TRABALHADORES POR ACTIVIDADE INDUSTRIAL .....	137
TABELA 61 – IDADE DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS (2001).....	138
TABELA 62 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO .....	138
TABELA 63 - NÚMERO DE EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS (2011) .....	139
TABELA 64 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	143
TABELA 65 – LISTA DE PONTOS DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA .....	145
TABELA 66 – POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS PÚBLICOS DE SANEAMENTO .....	146
TABELA 67 – PRODUÇÃO DE RSU POR FILEIRA (2010) .....	147
TABELA 68 – CENTRO E EXTENSÃO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA .....	149
TABELA 69 – INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE VALE DE CAMBRA .....	150
TABELA 70 – INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS EXISTENTES EM VALE DE CAMBRA .....	152
TABELA 71 – INVENTÁRIO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS EM VALE DE CAMBRA .....	153
TABELA 72 – INVENTÁRIO DOS EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS EXISTENTES EM VALE DE CAMBRA.....	155
TABELA 73 – PONTOS DE VENDA DE GÁS .....	163
TABELA 74 – INVENTÁRIO DE ÁREAS INDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA .....	165
TABELA 75 – PERIGOS PASSÍVEIS DE AFECTAREM O MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA .....	167
TABELA 76 – AVISOS METEOROLÓGICOS DE TEMPO QUENTE .....	168
TABELA 77 – VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A ONDAS DE CALOR NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE S. PEDRO DO SUL .....	171
TABELA 78 – VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A ONDAS DE CALOR NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE BURGÃE .....	172
TABELA 79 – TEMPERATURA MÍNIMA DO DISTRITO DE AVEIRO .....	176
TABELA 80 – VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A VAGAS DE FRIO NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE S. PEDRO DO SUL .....	177
TABELA 81 – VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A VAGAS DE FRIO NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE BURGÃES.....	178
TABELA 82 – CRITÉRIOS PARA A IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE TEMPESTADES DE PRECIPITAÇÃO E VENTO FORTE .....	181
TABELA 83 – VALORES DE PRECIPITAÇÃO MENSAL DA ESTAÇÃO DE BURGÃES, DESTACANDO-SE OS ANOS DE SECA POTENCIAL (FONTE: APA).....	184
TABELA 84 – VALORES DE PRECIPITAÇÃO MENSAL DA ESTAÇÃO DE AROUCA, DESTACANDO-SE OS ANOS DE SECA POTENCIAL (FONTE: APA).....	185
TABELA 85 – CAUDAL DE PONTA (m <sup>3</sup> /s) DO RIO VIGUES, RIO CAIMA E RIO TEIXEIRA, PARA OS PERÍODOS DE RETORNO DE 20 E 100 ANOS .....	186
TABELA 86 – PONTOS CRÍTICOS POR FREGUESIA DE VALE DE CAMBRA. FONTE: GNR .....	197
TABELA 87 – RELATÓRIO DE ACIDENTES POR DISTRITO .....	200
TABELA 88 – NÚMERO DE EDIFÍCIOS EM RUÍNA .....	205
TABELA 89 – PONTES E VIADUTOS POR CLASSES DE COMPRIMENTO, EM METROS.....	207
TABELA 90 – CARACTERIZAÇÃO DA BARRAGEM ENG.º DUARTE PACHECO .....	208
TABELA 91 – ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS LICENCIADOS NO CONCELHO DE VALE DE CAMBRA, SEGUNDO A TIPOLOGIA 1 DO GRAU DE RISCO POTENCIAL .....	211
TABELA 92 – PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS POR UTILIZAÇÃO-TIPO.....	214
TABELA 93 – IDENTIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS POR UTILIZAÇÃO-TIPO .....	216
TABELA 94 – GRAU DE PROBABILIDADE .....	233
TABELA 95 – GRAU DE GRAVIDADE .....	234
TABELA 96 – MATRIZ DE RISCO – GRAU DE RISCO .....	234
TABELA 97 – MATRIZ DE RISCO PARA O MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA .....	235
TABELA 98 – ELEMENTOS EXPOSTOS À OCORRÊNCIA DE CHEIAS E INUNDAÇÕES URBANAS E POPULAÇÃO POTENCIALMENTE AFETADA.....	240

TABELA 99 – ELEMENTOS EXPOSTOS À OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS DE VERTENTES E POPULAÇÃO POTENCIALMENTE AFETADA.....	244
TABELA 100 – ELEMENTOS EXPOSTOS À OCORRÊNCIA DE ACIDENTES NO TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS E POPULAÇÃO POTENCIALMENTE AFETADA.....	247
TABELA 101 – ELEMENTOS EXPOSTOS À OCORRÊNCIA DE RUTURA DA ALBUFEIRA ENG.º DUARTE PACHECO E POPULAÇÃO POTENCIALMENTE AFETADA. ....	251
TABELA 102 – ELEMENTOS EXPOSTOS À OCORRÊNCIA DE ACIDENTES NO ESTABELECIMENTO COLEP (SEVESO), POR DISTÂNCIA DE SEGURANÇA.....	255
TABELA 103 – ELEMENTOS EXPOSTOS À OCORRÊNCIA DE ACIDENTES NO ESTABELECIMENTO FROMAGERIES BEL PORTUGAL, SA (PCIP), POR DISTÂNCIA DE SEGURANÇA .....	256
TABELA 104 – POPULAÇÃO POTENCIALMENTE AFETADA, POR DISTÂNCIA DE SEGURANÇA, EM CASO DE OCORRÊNCIA DE UM ACIDENTE GRAVE NO ESTABELECIMENTO COLEP (SEVESO) E FROMAGERIES BEL (PCIP) .....	257
TABELA 105 – ELEMENTOS EXPOSTOS À OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E POPULAÇÃO POTENCIALMENTE AFETADA .....	261
TABELA 106 – LOCAIS VULNERÁVEIS A CONTAMINAÇÃO DE AQUÍFEROS .....	262
TABELA 107 – LOCAIS VULNERÁVEIS A DEGRADAÇÃO DOS SOLOS.....	263
TABELA 108 – MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DO RISCO .....	266
TABELA 109 – CONCEITOS ADOPTADAS NA ELABORAÇÃO DO PMEPC (ADAPTADO DE JULIÃO ET AL., 2009).....	402

**Parte I – Enquadramento Geral do Plano**

---

### 1. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vale de Cambra (adiante designado abreviadamente por PMEPCVC) é um documento formal que define o modo de Atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil a nível municipal. Permite antecipar cenários susceptíveis e espectáveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para a preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.

O PMEPCVC é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o espaço territorial e administrativo do município de Vale de Cambra.

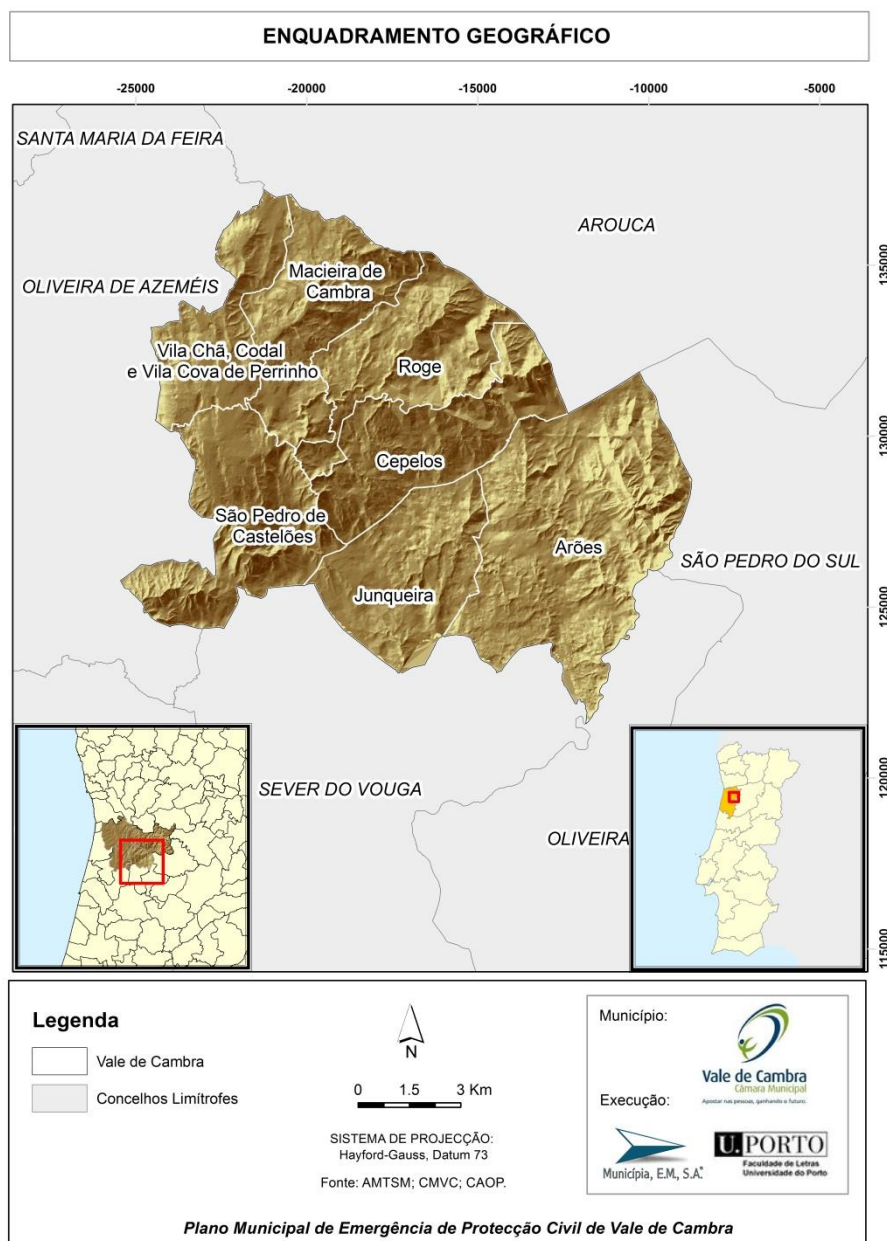
Este deverá ser revisto, segundo a Resolução 25/2008 de 18 de Julho, no mínimo uma vez em cada dois anos, ou no caso de existirem alterações pertinentes resultantes dos exercícios utilizados para verificar a operacionalidade dos meios envolvidos no âmbito do plano, ou de situações reais onde se verifique a necessidade de alterações no mesmo.

O Município está sujeito a uma multiplicidade de riscos naturais, tecnológicos ou mistos que se podem manifestar a qualquer altura, no entanto aquele, que pelas características do município, ou até mesmo pela sua historicidade, se destaca é o risco de Incêndio Florestal.

O diretor do PMEPCVC é o Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra (CMVC), na sua ausência, o seu substituto legal é o vereador da Câmara Municipal com o pelouro da Proteção Civil.

### 2. Âmbito de aplicação

Sendo o PMEPCVC um plano de âmbito municipal, este aplica-se à totalidade da área territorial do Município de Vale de Cambra, ou seja, uma área total de 146.51 Km<sup>2</sup>, correspondendo às atuais 7 freguesias (Arões, Cepelos, Junqueira, Macieira de Cambra, Rôge, São Pedro de Castelões e agregação das freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho), em cumprimento do disposto na Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, relativa à reorganização administrativa do território das freguesias. Vale de Cambra é um dos concelhos do distrito de Aveiro e um dos 5 municípios pertencentes à NUT III Entre Douro e Vouga.



**Mapa 1 – Enquadramento Territorial**

O PMEPCVC tem como objectivo, fazer face a todas as situações recorrentes da manifestação dos riscos naturais (Ondas de calor; Vagas de frio; Secas; Cheias e inundações; Sismos; Movimentos de massa em vertentes); Tecnológicos (Acidentes Rodoviários; Acidentes no transporte de substâncias perigosas; Colapso de estruturas; Acidentes em estabelecimentos industriais perigosos e Incêndios urbanos e industriais ou Mistos (Incêndios florestais, Contaminação de aquíferos e Degradação dos solos).

### 3. Objectivos gerais

Os objectivos gerais a que o PMEPCVC se propõe, são:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de Atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
- Definir a unidade de direcção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

### 4. Enquadramento Legal

Legislação Estruturante

- Lei nº53/2008, de 29 de Agosto – Lei de Segurança Interna
- Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da Proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de Proteção civil e competências do comandante operacional municipal;
- Decreto de Lei nº134/2006, de 25 de Julho – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).
- Lei nº 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases de Proteção Civil

## 5. Antecedentes do Processo de Planeamento

A primeira versão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vale de Cambra (PMEPCVC) foi elaborada em conformidade com a Diretiva, da Comissão Nacional, para a elaboração de planos de emergência de Proteção civil (Declaração do MAI de 19/12/1994). O PMEPCVC mereceu parecer favorável do extinto Serviço Nacional de Proteção Civil – Delegação de Aveiro a 30 de Abril de 1999 e foi homologado por S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna a 19 de Julho de 1999. O SMPC em conjunto com o Centro de Saúde, Bombeiros Voluntários e Guarda Nacional Republicana (GNR) efetuou a 20 de Junho de 2001 um simulacro de sismo seguido de incêndio na EB 2,3 das Dairas, tendo correspondido a um exercício de teste à anterior versão do plano. O PMEPCVC foi ativado em Agosto de 2005, na sequência de um incêndio que devastou 2500 ha de área florestal.

O plano atual foi elaborado, com base na legislação em vigor e em cumprimento com a resolução n.º 25/2008 da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC) – Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de Proteção civil, de 18 de Julho de 2008 (DR II Série, n.º 138) e com o Caderno Técnico PROCIV 3 – Manual de apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil. O plano em vigor foi aprovado pela Comissão Nacional de Proteção Civil em 31 de maio de 2010, sendo publicada no Diário da República n.º 114 através da resolução da CNPC 21/2010 em 15 de Junho. Em relação à presente versão do plano obteve parecer favorável da CMPC em 25 de outubro de 2012 e tendo-se realizada a consulta pública através do Aviso n.º 16449/2012 Publicado no Diário da República n.º 237 de 7 de Dezembro de 2012 - II Série por um período de 30 dias.

## 6. Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

O planeamento e ordenamento do território revestem-se de vital importância no que diz respeito à minimização dos efeitos nefastos, que podem ocorrer em função dos riscos existentes no município de Vale de Cambra. Um uso cuidado e correto do solo, aliado à diminuição da vulnerabilidade, ou seja à minimização da exposição de pessoas e bens, amplificam o sucesso das políticas de proteção civil. Esta articulação das políticas, com os Planos Especiais de Emergência é importante, designadamente com o Plano de Emergência Externo (PEE) da COLEP. De acordo com o mesmo documento não está prevista a Articulação do PEE (protecção da população das freguesias de Vila Chã e S. Pedro de Castelões e a zona industrial nas imediações da ColepCCL devido a efeitos de radiação e sobrepressão), com outros Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território. O PEE enquadra-se em termos organizativos no âmbito do PMEPCVC.

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vale de Cambra

A articulação com Planos de Emergência de áreas territoriais adjacentes é tida em conta ao longo de todo o processo de planeamento efetuado no presente documento.

De seguida, expõe-se uma síntese dos instrumentos de planeamento e ordenamento territorial existentes no município, esquematizando-se o seu âmbito de aplicação e a sua tipologia.

Nível	Designação do Instrumento	Contributo para o PMEPCVC	
<b>Âmbito Nacional e Regional</b>	PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	
	ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável	
	PNA	Plano Nacional da Água	
	PNDFCI	Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios	
	PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	
	PNPR	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária	
	ENF	Estratégia Nacional para a Floresta	
	PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal	
	PBHV	Plano da Bacia Hidrográfica do Vouga	
	PBHD	Plano da Bacia Hidrográfica do Douro	
	POAAP	Planos de Ordenamento das Albufeiras de Águas Públicas	
	PROTN	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte	(Em elaboração)
<b>Âmbito Municipal</b>	PDM	Plano Diretor Municipal	Planta de Condicionantes (Cheias e Inundações)
		PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
<b>Instrumentos de planeamento de emergência</b>	PDEPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil	(em execução)
		PMEPC Adjacentes	Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos Municípios adjacentes (Arouca, São Pedro do Sul, Oliveira de Frades, Sever do Vouga e Oliveira de Azeméis)

Tabela 1 – Âmbito e tipologia do planeamento e ordenamento do território com incidência no município de Vale de Cambra



Prevê-se que a revisão do PDM integre a informação referente às áreas de relevância operacional consideradas no PMEPC, bem como as áreas de perigosidade estabelecidas na Reserva Ecológica Nacional e no PMDFCI.

## 7. Ativação do Plano

### 7.1. Competências para a ativação do Plano

Nos termos do nº2 do artigo 40, concatenado com o nº2 do artigo 38, da Lei de Bases da Proteção Civil (Lei nº27/2006, de 3 de Julho), e tal como disposto no nº3 do artigo 3º da Lei nº65/2007, de 12 de Novembro, compete à Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) do Município de Vale de Cambra a ativação do PMEPCVC.

A ativação do PMEPCVC pode ser, dependendo da complexidade da situação, deliberada com a presença do diretor do plano ou pelo seu substituto, um elemento de comando dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra (BVVC) e um Elemento da GNR, no entanto, deverá logo que possível, ser ratificada *a posteriori* pelo plenário da CMPC.

A publicitação da ativação do PMEPCVC será levada a cabo atendendo à extensão territorial da emergência e da sua gravidade. Nesse sentido os meios a utilizar serão:

Meios de Publicitação da ativação do Plano		
Órgãos de Comunicação Social	Órgãos de Comunicação Social, de âmbito territorial considerado mais apropriado.	Rádio Voz do Caima RCP / Rádio Clube Vale Cambra
Sítio da internet	Página de Internet da CMVC.	<a href="http://www.cm-valedecambra.pt/">http://www.cm-valedecambra.pt/</a>
Editais	Editais afixados em locais próprios para o efeito	Sede do Município; Juntas de Freguesia; Demais locais públicos.

Tabela 2 – Meios de Publicitação da ativação do Plano

A ativação/desativação do Plano deverá ser comunicada ao Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Aveiro e aos municípios vizinhos.

A desmobilização operacional dos agentes de Proteção Civil envolvidos nas operações dependerá essencialmente do entendimento do Comandante das Operações de Socorro (COS); no entanto deverá partir de um entendimento entre este, o Diretor do Plano, o Comandante Operacional Municipal (COM) e o Serviço Municipal de Proteção Civil de Vale de Cambra, bem como a desativação do PMEPCVC. A publicitação da sua desativação será efectuada da mesma forma que a sua ativação.

## 7.2. Critérios para ativação / desativação do Plano

Os critérios para a ativação dos Planos de Emergência têm em conta a natureza das emergências, quer estas resultem em acidentes graves ou catástrofes, contudo a sua gravidade e a extensão dos seus efeitos previsíveis, bem como os resultados da sua mitigação resultante da sua ativação deverão ser tomados em conta. Os pressupostos utilizados para a ativação do PMEPCVC constituem uma base de critérios coerentes e perfeitamente adaptados à realidade do município, assistindo assim ao processo de tomada de decisão da ativação / desativação do plano, contudo a ativação será sempre levada a cabo em função da decisão da CMPC.

Os critérios a serem tomados em conta serão os que constam na Tabela 3 – Matriz de Risco – Critérios para a Ativação do Plano. O resultado do grau de risco é obtido através da matriz de risco, onde são interpolados o respectivo grau de gravidade e o grau de probabilidade.

O grau de gravidade é tipificado pela escala de intensidade das consequências negativas das ocorrências. O grau de probabilidade é tipificado na seguinte tabela de probabilidade / frequência de consequências negativas da ocorrência.

A relação entre a gravidade das consequências negativas e a probabilidade de ocorrências reflete, na generalidade, o grau de risco, sendo o plano passível de ser ativado através dos seguintes pressupostos:

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vale de Cambra

		Matriz de Risco		
		GRAVIDADE / INTENSIDADE		
PROBABILIDADE / FREQUÊNCIA		MODERADA	ACENTUADA	CRITICA
		Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos. Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Pequeno impacto no ambiente, sem efeitos duradouros. Alguma perda financeira.	Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.	Situação crítica. Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma longa duração. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. Impacto ambiental significativo e/ou danos permanentes.
CONFIRMADA	Ocorrência real verificada.	ELEVADO – Ativação	EXTREMO – Ativação	EXTREMO – Ativação
ELEVADA	É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; e/ou nível elevado de incidentes registados; e/ou fortes evidências; e/ou forte probabilidade de ocorrência do evento; e/ou fortes razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.	ELEVADO – Ativação	EXTREMO – Ativação	EXTREMO – Ativação
MÉDIA – ALTA	Irà provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; e/ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 5 anos.	MODERADO - Ativação.	ELEVADO – Ativação	ELEVADO – Ativação
MÉDIA	Não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; pode ocorrer uma em cada 100 anos.	BAIXO – Não ativação	MODERADO – Não ativação	MODERADO – Não ativação

Tabela 3 – Matriz de Risco – Critérios para a Ativação do Plano

É ainda critério para a ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, sempre que no município se verifique a iminência ou ocorrência das seguintes situações:

- a) Incêndio florestal cuja área exceda os 1000 ha e/ou decorra a mais de 48 horas sem que se tenha passado á fase de rescaldo;
- b) Acidente com substâncias perigosas na Empresa COLEP CCL Portugal, no caso de ativação do Plano de Emergência Interno (PEI) e quando a empresa declarar “Acidente na fase de Emergência Total”
- c) O PMEPC poderá ainda ser ativado na iminência ou ocorrência de outros fenómenos, que não os mencionados anteriormente, e que sejam susceptíveis de fundamentar a ativação do plano.

Quando o sinistro tenha sido completamente dominado e não existir risco de se produzirem novos incidentes que afectem pessoas, bens e ambiente, o Diretor do PMEPCVC ou na sua ausência o vereador seu substituto decretará a desativação do Plano.

## 8. Programa de Exercícios

O plano de emergência deve ser regularmente treinado através de exercícios em que se simulem situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-o se for caso disso, e, por outro lado, criarem-se rotinas e os procedimentos a adoptar em situação real de emergência.

Tipologia de Risco	Data	Entidades a Envolver	Tipo de exercício (CPX <sup>1</sup> ; LivEx <sup>2</sup> )
<b>Acidentes em estabelecimentos industriais perigosos (Diretiva Seveso II)</b>	2º Semestre de 2015	SMPC; BVVC; Cruz Vermelha Portuguesa (CVP); ACeS Entre Douro e Vouga II, Aveiro Norte; Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); GNR; EDP; REN; Juntas de Freguesia; Instituto de Segurança Social; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); ColepCCL.	LivEx
<b>Sismos</b>	1º Semestre de 2016	SMPC; BVVC; CVP; ACeS Entre Douro e Vouga II, Aveiro Norte; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal; Juntas de Freguesia; Instituto de Segurança Social.	CPX
<b>Incêndios Florestais</b>	2º Semestre de 2016	SMPC; BVVC; ACeS Entre Douro e Vouga II, Aveiro Norte; INEM; GNR; Juntas de Freguesia; Instituto de Segurança Social; ICNF; Sapadores Florestais.	LivEx
<b>Incêndio Urbano</b>	1º Semestre de 2017	SMPC; BVVC; Autoridade de Saúde (Unidade de Saúde Pública); ACeS Entre Douro e Vouga II, Aveiro Norte; INEM; GNR; EDP; Juntas de Freguesia; Instituto de Segurança Social.	CPX

Tabela 4 – Calendarização de Exercícios

1 Comand Post Exercise (CPX) – entende-se aquele que se realiza em contexto de sala de operações e tem como objectivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

2 Entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios e equipamentos, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais de execução das entidades envolvidas.